

Biblioteca escolar, mediação e letramento informacional

Elisabete Gonçalves de Souza

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, RJ, Brasil
elisabetegs@id.uff.br

Vinicius Ribeiro Soares dos Santos

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, RJ, Brasil
viniciusrds@id.uff.br

Hugo Figueiredo Mafra

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Niterói, RJ, Brasil
hugom@id.uff.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v14.n2.2021.31670>

Recebido/Recibido/Received: 2020-05-19

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2021-04-30

Resumo: Aponta a necessidade da valorização do bibliotecário escolar, sua importância enquanto agente educador e a indispensabilidade da parceria com os professores, expandindo o aprendizado para fora da sala de aula. Apresenta o papel/função do bibliotecário escolar enquanto mediador no processo de aprendizagem dos alunos em conjunto com os professores por meio do letramento informacional. O bibliotecário possui competências para capacitar os indivíduos para que realizem, de forma autônoma, atividades de identificação e uso de fontes de informação confiáveis para tomada de decisões e solução de problemas dentro e fora do contexto escolar. Apresenta-se como uma revisão de literatura e aborda a biblioteca escolar a partir dos conceitos de mediação e letramento, estabelecendo relações entre as áreas de educação e de biblioteconomia. Conclui que é de fundamental importância a parceria entre os professores e bibliotecários e que a biblioteca escolar ainda esbarra em alguns entraves envolvendo a aplicação da Lei nº 12.244/2010, responsável por implementar de forma obrigatória as bibliotecas nas escolas.

Palavras-chave. Biblioteca escolar. Competência informacional. Bibliotecário escolar.

School library, mediation and information literacy

Abstract: It points to the need to value the school librarian, its importance as an educating agent and the indispensability of the partnership with teachers, expanding learning outside the classroom. It presents the role / function of the school librarian as a mediator in the students' learning process together with the teachers through information literacy. The librarian has the skills to empower individuals to independently perform activities of identification and use of reliable sources of information for decision making and problem solving within and outside the school context. It is presented as a literature review and addresses the school library from the concepts of mediation and literacy, establishing relationships between areas of education and library science. It concludes that the partnership between teachers and librarians is of fundamental importance and that the school library still encounters some obstacles involving the application of Law No. 12,244/2010, responsible for the mandatory implementation of libraries in schools.

Keywords. School library. Informational competence. School librarian.

Biblioteca escolar, mediación y alfabetización informacional

Resumen: Señala la necesidad de valorar al bibliotecario escolar, su importancia como agente educador y la indispensabilidad de la colaboración con los profesores, ampliando el aprendizaje fuera del aula. Presenta el rol / función del bibliotecario escolar como mediador en el proceso de aprendizaje de los estudiantes junto con los profesores a través de la alfabetización informacional. El bibliotecario tiene las habilidades para capacitar a las personas para que realicen de manera independiente actividades de

identificación y uso de fuentes de información confiables para la toma de decisiones y la resolución de problemas dentro y fuera del contexto escolar. Se presenta como una revisión de la literatura y aborda la biblioteca escolar desde los conceptos de mediación y alfabetización, estableciendo relaciones entre áreas de educación y biblioteconomía. Concluye que la alianza entre docentes y bibliotecarios es de fundamental importancia y que la biblioteca escolar aún encuentra algunos obstáculos que involucran la aplicación de la Ley No. 12.244/2010, responsable de la implementación obligatoria de las bibliotecas en las escuelas.

Palabras Clave. Biblioteca escolar. Competencia informativa. Bibliotecario educador.

1 Introdução

A biblioteca escolar possui uma função de extrema importância no desenvolvimento do letramento informacional – um processo contínuo por meio do qual os indivíduos aprendem a identificar e suprir suas necessidades de informação; adquirem habilidades para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação para resolver um problema e/ou gerar conhecimento.

Tais habilidades estão estritamente relacionadas com as práticas de pesquisa, cujos primeiros contatos acontecem no meio educacional, cujo lócus da investigação aqui tratado envolvem livros, biblioteca e mediação bibliotecária. Nessa direção, parte-se do pressuposto de que o bibliotecário escolar auxiliará o educando a encontrar as respostas para seus questionamentos, sendo a pesquisa escolar uma oportunidade para que este profissional exercite de forma mais ampla sua ação educativa, influenciando diretamente os alunos na aprendizagem e na construção de conhecimento.

O letramento informacional tem sua importância, principalmente no ambiente escolar, pelo fato de as crianças e adolescentes estarem desenvolvendo seu pensamento crítico e a capacidade de aprendizado. Seus principais mediadores são os bibliotecários e professores, que devem trabalhar em conjunto para que os alunos possam desenvolver habilidades para realizarem com autonomia seus estudos, sendo crucial nesse processo saber identificar, encontrar e usar fontes de informação adequadas para responder ou para elaborar novos enunciados.

Esse quadro promissor infelizmente ainda é raro no ambiente educacional brasileiro, onde a biblioteca escolar é praticamente inexistente ou reduzida ao abandono, sendo vista, na maioria das vezes, como depósito de livros, lugar de castigo, silêncio e limitação (SILVA, 1995). Isso demonstra o esquecimento do poder público, assim como os limites da concepção de educação nacional: uma educação que ainda se limita aos aspectos funcionais do ensino e que pouco ousa em explorar a criatividade e criticidade de seus educandos.

Superar esse quadro, repensando a biblioteca escolar como recurso a contribuir com a formação integral dos alunos, letrando-os para que possam buscar as informações que necessitam, seja na escola ou fora dela, é um desafio para toda a sociedade. Isto só será

solucionado quando os órgãos de educação reconhecerem a importância da biblioteca e a classe bibliotecária se mobilizar e lutar para institucionalizar este espaço como um direito de todo cidadão, ressaltando a importância do bibliotecário no processo de mediação entre o conhecimento e a busca da informação, em instituições como a escola básica.

O presente artigo tem por objetivo apresentar o bibliotecário enquanto mediador no processo de aprendizagem por meio do letramento informacional, destacando como este pode usar suas habilidades para auxiliar professores e alunos. Para tanto, é importante definir o que é a biblioteca escolar, suas funções e objetivos, o papel do bibliotecário e sua relação com os professores, assim como os conceitos de letramento informacional e mediação.

Desenvolveu-se o presente estudo devido à escassez de trabalhos relacionando mediação e letramento informacional no contexto escolar em periódicos brasileiros indexados na *Base de Dados em Ciência da Informação* (BRAPCI), conforme comprova o levantamento feito em março de 2020 na mesma base, onde, usando “busca simples”, nos campos “título”, “palavras-chave” e “resumo”, no período de 1972 a 2020, totalizaram-se o seguinte resultado para os termos: letramento informacional (78 resultados), competência informacional (198 resultados). Usando como estratégia e busca booleana AND obteve-se o seguinte resultado: “mediação” e “letramento informacional” (2 resultados); mediação e competência informacional (nenhum resultado). Aproveitou-se este levantamento para recolher documentos que serviram de base na elaboração deste artigo.

A temática também ressalta a responsabilidade social que a profissão engendra, sendo o direito à informação, assim como a aquisição de habilidades para buscá-la, um direito fundamental correlato ao direito de liberdade de expressão e autonomia. Conforme destaca o artigo 19º da *Declaração Universal de Direitos Humanos*, “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios [...]” (ONU, 2009, p. 10).

Para além da dimensão formativa, a biblioteca deve capacitar o indivíduo a desenvolver habilidade para buscar informação e saber como usá-la, tanto no âmbito individual como no coletivo, aspecto fundamental para o desenvolvimento da cidadania, para a participação política e tomada de decisões. A biblioteca escolar não pode abster-se desta missão, pois cabe a ela, por meio do bibliotecário, letrar professores e alunos no uso das fontes, integrando-as como recurso para o desenvolvimento de seus estudos, abarcando não apenas as fontes impressas (livros, dicionários, periódicos, etc.), mas também aquelas que se encontram em meio digital.

Em termos metodológicos, a pesquisa tratada no presente artigo define-se como teórica pautada em revisão de literatura. Recorreu-se ao método de pesquisa bibliográfica, de caráter

exploratório, uma vez que é possível, por meio deste, o acesso a dados que, muitas vezes encontram-se dispersos. Outros autores como Marconi e Lakatos (2010) incentivam o uso da pesquisa bibliográfica como método, pois permite acesso a diversos tipos de materiais que envolvem a discussão sobre um tema. Dessa maneira, foi possível buscar, em livros e artigos escritos por especialistas, conceitos pertinentes aos temas, além de visões diversificadas sobre os mesmos, visando enriquecer o debate sobre a biblioteca escolar e o letramento informacional, bem como analisar o papel do bibliotecário enquanto mediador entre as questões e as fontes, não se limitando a disponibilizá-las, mas demonstrando o potencial de cada uma delas na busca por respostas às questões de estudo ou na complementação do conhecimento de um modo geral.

2 Biblioteca escolar

Diversos autores e entidades buscam definir o ambiente da biblioteca escolar dentro das instituições de ensino. Uma das visões mais importantes acerca do assunto é a da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), cujo manifesto e diretrizes, criadas em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirmam que a biblioteca escolar permite uma aprendizagem continuada e incentiva a criatividade do indivíduo, a fim de que se torne um cidadão responsável (IFLA, 1999).

Há um consenso em dizer que a biblioteca escolar é um ambiente que tem muito a contribuir para a formação do aluno – e de todos os envolvidos no processo de aprendizagem; um espaço que permite a obtenção de informações para a geração de novos conhecimentos, além do contato permanente com as mais variadas fontes informacionais, sendo elas físicas ou digitais. Alinhado com essa percepção, Mota (2006) destaca que a biblioteca escolar está deixando de ser um espaço de silêncio e se tornando um ambiente de discussão e troca de ideias.

Apesar do sugerido, em muitos casos ainda há comportamentos negligentes para com a biblioteca escolar, como a falta de profissionais especializados – bibliotecários – e de políticas públicas. O primeiro passo para superar essa questão foi a publicação da Lei nº 12.244 em 24 de maio de 2010 (BRASIL, 2010), a qual dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar em todo o sistema de ensino. No entanto, o seu caráter minimalista exigiu da classe bibliotecária um esforço para que a ação dos bibliotecários não se resumisse apenas a organização do acervo, exigindo revisão e ampliação do conceito de biblioteca expresso na Lei.

Segundo Pereira (2009) a biblioteca escolar é um espaço de compartilhamento de informações e de aprendizagem permanente. Sua ação não deve se restringir às atividades

pedagógicas, mas firmar-se como um espaço em que “[...] todos que nela atuam possam utilizá-la como uma fonte de experiência, exercício da cidadania e formação para toda a vida” (PEREIRA, 2009, p. 21).

A biblioteca escolar se constitui como um importante recurso para complementar o ensino da sala de aula, pois proporciona contato do aluno com as mais diversas fontes de informação, rompendo, dessa forma, o estigma de que esse espaço serve apenas para realizar empréstimos e guardar materiais, se apresentando como um ambiente capaz de auxiliar e ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, Mota (2006) apresenta os principais objetivos da biblioteca escolar definido-a como um espaço que ajuda e favorece o processo de aprendizado dos alunos. Ainda afirma que pode ser utilizada para assessorar a criação do currículo escolar, além de auxiliar na formação integral dos alunos. Oliveira e Zen (2002, p. 1) expressam uma abordagem similar, defendendo que a biblioteca “[...] seja um organismo ativo dentro do meio escolar, auxiliando os usuários no ensino e na pesquisa e contribuindo com a ação social, cultural e educativa da escola”.

A IFLA/UNESCO (2016) amplia o conceito de biblioteca escolar, enfatizando as relações entre as questões educativas e socioculturais, ressaltando a função social da biblioteca e definindo-a como “[...] um espaço social aberto a eventos culturais, profissionais e educativos (por exemplo, efemérides, encontros, exposições) para a comunidade em geral.” (IFLA, 2016, p. 20). As autoras Gasque e Silvestre (2017) acreditam que deve haver uma integração da instituição “biblioteca escolar” com o processo educativo, além de atuar de forma efetiva na promoção da leitura e no uso dos recursos informacionais. Para essa integração, é necessário que a biblioteca crie ações que auxiliem no desenvolvimento da busca dos conhecimentos necessários, assim como, do pensamento crítico ao longo da vida, conforme mencionado por Travassos (2010).

Em termos de políticas públicas, urge que a instituição seja considerada requisito fundamental para abertura de escolas de educação básica e que suas atividades sejam incluídas nos planos e currículos nacionais.

Lemos (2008) é contundente em sua crítica às abordagens de alguns legisladores que ainda veem a biblioteca escolar como “coleção de livros” e não como uma instituição social. Nessa direção chama-nos a atenção ressaltando que:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade

de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca (LEMOS, 2008, p. 101).

O bibliotecário se posiciona, dentro do ambiente escolar, e por consequência na biblioteca, como um dos agentes responsáveis em fornecer ferramentas que possibilitem aos alunos ampliar seus conhecimentos e desenvolver autonomia de pensamento, a fim de assimilar informações no processo de geração de conhecimento para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino. Dessa maneira, o profissional da informação demonstra sua relevância ao compartilhar o seu saber para com aqueles que recorrem à biblioteca em busca de respostas às suas necessidades.

2.1 Letramento informacional

Na sociedade da informação¹, a educação ocupa um dos principais papéis, pois o conhecimento e as tecnologias estão sempre se modificando. Para que os indivíduos acompanhem essa evolução, é necessário que haja o desenvolvimento de habilidades que os auxiliem, como pode ser comprovado por Guedes e Farias (2007). As habilidades necessárias para que isso ocorra se dão por meio do letramento informacional.

Na literatura existem diversas traduções para o português do termo *Information Literacy*. Guedes e Farias (2007, p. 116) mostram algumas delas como sendo: “alfabetização informacional, letramento informacional, competência informacional, e competência em informação [...]”. Para o presente artigo, adotou-se o termo *Letramento Informacional* por ser letramento um conceito cunhado no campo educacional para designar o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado de um determinado conhecimento e saber usá-lo em suas práticas sociais (SOARES, 2001). Mas o “letrar” ultrapassa a perspectiva disciplinar podendo ser associado a outras ações que exigem competência no uso de recursos, como os informacionais, para a construção autônoma de conhecimento. Significa identificar as fontes de informação e saber como usá-las; levantar documentos e saber citá-los e referenciá-los; ser capaz de selecioná-los e analisá-los para responder questões ou criar novas perguntas.

¹ Sociedade da informação “[...] refere-se às transformações técnicas, organizacionais e administrativas que têm como ‘fator-chave’ não mais os insumos baratos de energia – como na sociedade industrial – mas os insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações” (WERTHEIN, 2000, p. 71) tendo como características principais: informação como matéria-prima, alta penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, predomínio da lógica de redes, flexibilidade e crescente convergência de tecnologias (WERTHEIN, 2000).

Segundo Campello (2009), o termo *Information Literacy* foi utilizado pela primeira vez na década de 1970 para definir habilidades que, na época, seriam necessárias ao uso das fontes de informação eletrônicas que eram criadas.

Atualmente, o letramento informacional não se restringe apenas ao uso de tais tecnologias, sendo muito mais amplo. Mota (2006) mostra que engloba, também, habilidades pessoais, sociais e profissionais dos cidadãos ao longo de todas as etapas de suas vidas.

Campello (2009, p. 36) conceitua letramento informacional como sendo “[...] a habilidade de acessar, avaliar e usar informação a partir de uma variedade de fontes.”. Atualmente, o uso do termo foi ampliado, englobando novos significados, como “[...] desenvolvimento de habilidades na busca pela informação, aplicação das tecnologias de informação e comunicação na apropriação da informação, assimilação da informação recuperada e, por consequência, a estruturação do conhecimento” (ESTÁCIO; BEDIN, 2015, p. 380). Campello concorda com a ampliação do conceito dizendo que:

[...] constituiria uma capacidade essencial, necessária aos cidadãos para se adaptar à cultura digital, à globalização e à emergente sociedade baseada no conhecimento. Implicaria fundamentalmente que as pessoas tivessem capacidade de entender suas necessidades de informação e de localizar, selecionar e interpretar informações, utilizando-as de forma crítica e responsável (CAMPELLO, 2009, p. 12-13).

Apesar disso, os indivíduos não conseguem desenvolver estas habilidades em toda a sua plenitude. Para tanto, faz-se necessária a presença de um mediador. Pereira estabelece que mediar “[...] origina-se do latim *mediare*, do adjetivo *médius* – ‘que está no meio ou entre dois pontos’. Assim, a mediação vem a ser a junção, a aproximação entre duas partes, como uma ‘ponte’.” (PEREIRA, 2009, p. 23). Ainda complementa dizendo que não é facilitar o processo, e sim estimular, principalmente os alunos, a encontrar fontes de informação que os auxiliem em sua aprendizagem.

Um dos profissionais que suprem essa necessidade de mediação é o bibliotecário, pois em sua formação é posto a lidar com as mais variadas fontes de informação de modo a ajudar seus usuários/cidadãos a aprender a encontrar respostas para suas questões, ensinando-os a utilizar e manusear os mais variados recursos informacionais existentes atualmente, como esclarece Campello (2009). Para isso, o mediador, independentemente de sua formação, seja ela na área de Biblioteconomia ou de Educação, segundo Pereira (2009), deve promover uma relação em que o respeito se faça presente, juntamente com o diálogo, tornando a convivência mais agradável entre os indivíduos que necessitem de ajuda.

O letramento informacional, muitas vezes, serve para solucionar os problemas no que diz respeito à busca e uso da informação. Como analisado anteriormente, o termo surgiu para

nomear o ato de suprir a demanda que estava se formando diante da descoberta e uso de novas tecnologias. Ao longo do tempo, foram sendo acrescentadas outras habilidades à expressão, que resolvem várias outras necessidades. Para que exista um melhor desempenho, é necessário que haja mediadores para acompanhar esse processo, sendo eles os professores e bibliotecários.

Para Gasque (2010, p. 83) o letramento informacional pode ser definido como “[...] processo que integra as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar e gerar conhecimento, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas”. Tem como objetivo desenvolver no sujeito as capacidades de:

[...] determinar a extensão das informações necessárias; acessar a informação de forma efetiva e eficientemente; avaliar criticamente a informação e a suas fontes; incorporar a nova informação ao conhecimento prévio; usar a informação de forma efetiva para atingir objetivos específicos; compreender os aspectos econômico, legal e social do uso da informação, bem como acessá-la e usá-la ética e legalmente (GASQUE, 2010, p. 86).

As etapas de seleção e avaliação de fontes são objetivas e envolvem a participação do bibliotecário, pois este possui conhecimento do seu conteúdo. A etapa de análise corresponde à fase em que o aluno lê e interpreta o material selecionado para em seguida usar a informação, visando responder à questão de estudo. Essa etapa é subjetiva, mas pode ser dialogada e discutida com o bibliotecário. Cabe a ele mediar esse processo reforçando a função educativa da biblioteca.

Ao fazer uma analogia entre letramento informacional e alfabetização no contexto da informação, Gasque (2010, p. 86) observa que, em seu primeiro momento, o ato de letrar em informação envolve a “compreensão de conceitos relacionados às práticas de busca e uso de informação, tais como números de chamada, classificação, índice, sumário, autoria, [...]”, podendo abranger contatos iniciais com as ferramentas, produtos e serviços informacionais, como levantamento bibliográfico, uso de bases de dados e sites.

A função do bibliotecário não se restringe à ação técnica, pelo contrário, é profundamente social, pois tem como objetivo disponibilizar o conhecimento a outro ser humano servindo de mediador entre o acervo e a informação. Além disso, Dudziak (2001) ressalta o quanto é importante a biblioteca escolar engajar-se de forma ativa nas atividades educacionais deixando de lado o seu papel passivo de suporte ao ensino, transformando-se “[...] em fator diferencial para a experiência educacional” (DUDZIAK, 2001, p. 107).

O letramento informacional se apresenta como uma etapa necessária à formação do indivíduo, tornando-o apto a desenvolver suas pesquisas de forma autônoma, dentro e fora do contexto escolar. No entanto, é necessário que haja o diálogo entre o bibliotecário e o professor,

visando explorar o conteúdo trabalhado na sala de aula da forma mais rica, ampliando a abordagem dada no livro didático, associando esse recurso com outras fontes de informação.

Nota-se que, no que concerne à busca da informação, as competências envolvidas compreendem, além do conhecimento de fontes de informação, habilidades intelectuais para a organização, decodificação e interpretação do conhecimento. Essas tarefas incluem atividades de leitura, de modo a estabelecer relações, comparar vários pontos de vista e avaliá-los. Exige também conhecimento de técnicas “organização da informação por meio do uso de instrumentos cognitivos, como resumos, esquemas, mapas conceituais e elaboração de textos” (GASQUE, 2011, p. 23).

Ao lado dessas competências somam-se outras como “avaliar criticamente a informação e suas fontes; usar a informação ética e legalmente para atingir objetivos específicos” (GASQUE, 2011, p. 24) o que leva a autora a relacionar letramento informacional com o paradigma do pensamento reflexivo definindo-o como “[...] um processo investigativo, que propicia o aprendizado ativo, independente e contextualizado; o pensamento reflexivo e o aprender a aprender ao longo da vida” (GASQUE, 2013, p. 5).

No campo da biblioteconomia progressista, o conceito aproxima-se das discussões sobre “alfabetização em informação”, expressão usada para definir “[...] habilidades práticas e de pensamento que permitem a uma pessoa fazer uso ético da informação [...] avaliar o conteúdo criticamente em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual [...]” (GRIZZLE; CALVO, 2016, p. 48).

Para Moraes (2018, p. 12), trata-se de múltiplas alfabetizações no sentido de fomentar no educando “[...] o senso crítico, a ética, a responsabilidade social, a interculturalidade, a liberdade de expressão e a participação política e democrática”. Trata-se de um processo contínuo que se dá por meio da inserção desses temas transversais nos currículos das escolas e nos acervos de suas bibliotecas, temas esses que devem mobilizados pela ação medidora dos professores e bibliotecários, aspecto que discutiremos na seção seguinte.

2.2 Mediação e letramento: o diálogo entre professores e bibliotecários

Como vimos, a biblioteca escolar deve munir os seus usuários com a informação necessária para o complemento das suas necessidades de aprendizagem, assim como ajudá-los a buscar respostas para as questões que envolvem a escola e o meio social em que vivem. Segundo Perucchi, sua finalidade é disponibilizar para

[...] professores, alunos e demais interessados, o material necessário para o enriquecimento do programa escolar, habilitando-os a utilizar os livros e desenvolver a capacidade de pesquisar, além de sustentar os programas de ensino (PERUCCHI, 1999, p. 80-81).

O Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar destaca como missão da biblioteca escolar disponibilizar “[...] serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios” (IFLA, 1999, p. [1]). Para que alcance tal propósito define o seguinte objetivo: “[...] habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis” (IFLA, 1999, p. [1]).

Para desempenhar tais funções o bibliotecário deve exercer o seu papel de mediador da informação, propiciando orientação aos usuários tanto na literatura básica exigida no currículo, quanto no acesso a outras fontes que o auxiliará a responder suas questões de estudos proporcionando autonomia intelectual. A mediação “[...] permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação [...]” (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 97).

Campello (2009) afirma que os bibliotecários estão cada vez mais buscando meios para desenvolver as habilidades informacionais nos ambientes de aprendizado com foco na mediação. Para a autora, o letramento informacional deve se preocupar em desenvolver “[...] as competências das pessoas e não o serviço oferecido pela biblioteca [...]” (CAMPELLO, 2009, p. 8), aproximando a ação bibliotecária da “interface” educativa. Ainda sobre o tema, Almeida (2016, p. 3) destaca:

A mediação bibliotecária educativa significa não somente auxiliar o usuário a se tornar competente na pesquisa de informações relevantes, mas também, contribuir para o seu processo de desenvolvimento de autonomia de aprendizagem. Para tal propósito, buscar parcerias com os professores é indispensável para uma ação mais pragmática.

Travassos (2010, p. 72) apresenta uma boa definição para a relação mediação e letramento informacional quando diz que “[...] o eixo cultural de uma biblioteca é tão essencial quanto seu eixo educativo”. Ou seja, os bibliotecários participam tanto dos processos de aprendizagem quanto resguardam diferentes culturas em seu espaço. A autora complementa ressaltando que são as ações que a biblioteca escolar realiza nas áreas de leitura e letramento informacional que a tornam uma instituição significativa para a comunidade escolar, destacando sua importância educativa.

Assim, a biblioteca assume um papel proativo, indo além do trabalho de referência, buscando contribuir na formação, conforme afirma Campello (2009). Apesar disso, Guedes e Farias (2007) ressaltam que há problemas a superar, uma vez que boa parte da equipe pedagógica das escolas desconhece essa vertente pela qual a biblioteca pode atuar.

Segundo as Diretrizes da IFLA/UNESCO (2016, p. 45-46), “[...] os objetivos da biblioteca escolar devem estar alinhados com os objetivos da escola, como a literacia, a aprendizagem curricular e a cidadania”. A literacia envolve competência de leitura, escrita e de uso da informação, não só nas atividades escolares, mas também na cultura e nos serviços básicos da biblioteca escolar. A *American Library Association* (ALA) define o letramento informacional como

[...] uma habilidade de sobrevivência na era da informação. Ao invés de se afogar na abundância de informações que inunda suas vidas, pessoas informacionalmente letradas sabem como encontrar, avaliar e usar informação efetivamente para resolver um problema em particular ou tomar uma decisão – independente de onde venha a informação selecionada, seja de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme ou qualquer número de outras possibilidades [...] (AMERICAN... 1989, não paginado, tradução nossa)²

As dificuldades estruturais e materiais de nossas escolas e bibliotecas fazem com que o letramento informacional ocorra lentamente, dependendo do esforço individual dos professores e bibliotecários envolvidos. A falta de bibliotecários e a formação dos professores centrada no ensino por meio de livros didáticos fazem com que a biblioteca fique subsumida nesse debate. Para Campello (2003) esse é um dos maiores obstáculos, pois estas duas profissões são fundamentais para mudar a realidade educacional do país. No entanto, a fragmentação desse debate impede, que

[...] se crie uma agenda de pesquisa que contemple nosso contexto social e a busca de aportes teóricos da área de educação (especificamente de letramento [informacional]) [de modo a abrir] caminhos para a desejada ampliação do papel educativo da biblioteca, sem isolar o bibliotecário no espaço da biblioteca (CAMPELLO, 2003, p. 36).

A análise feita por Campello (2003) sobre a falta de aporte teórico da área de educação para incluir o letramento informacional como uma atividade curricular, infelizmente continua atual, já que a conquista do direito à biblioteca escolar, conforme prever a Lei nº 12.244 (BRASIL, 2010) ainda não se consolidou, sendo exigência de se ter a instituição em todo sistema de ensino brasileiro adiada para 2024.

O conhecimento das fontes de informação, sua organização com vista ao acesso e o domínio de técnicas de pesquisa para uso de bases de dados são saberes do bibliotecário. Para que esse profissional os compartilhe com toda a comunidade escolar é preciso ele esteja

² “Information literacy is a survival skill in the Information Age. Instead of drowning in the abundance of information that floods their lives, information literate people know how to find, evaluate, and use information effectively to solve a particular problem or make a decision --- Whether the information they select comes from a computer, a book, a government agency, a film, or any number of other possible resources [...]”.

integrado à equipe pedagógica.

Mesmo nas escolas em que a biblioteca é uma realidade, a integração entre os profissionais da equipe pedagógica e os bibliotecários se faz necessária, visando habilitar os alunos a desenvolverem suas capacidades e a explorar todo o potencial contido na biblioteca por meio do letramento escolar e informacional. Tal fato ocorre, muitas vezes, pela falta de conhecimento do quanto esses profissionais conseguem trabalhar em conjunto e gerar resultados favoráveis ao processo de aprendizagem dos alunos, propiciando-lhes um ambiente para que possam desenvolver competências para uma formação crítica e reflexiva; para que sejam capazes de analisar prós e contras de situações problema, seja no ambiente escolar ou fora dele (BELLUZZO, 2011).

Pereira e Campello (2016) mostram que as principais razões para que não exista um trabalho em conjunto é a falta de treinamento desses profissionais e suas condições precárias de trabalho. Em uma pesquisa realizada por Gasque e Silvestre (2017), as autoras constataram que o trabalho integrado entre bibliotecários e professores é reduzido. Por outro lado, as mesmas autoras, mostram que uma forma de solidificar a relação entre os dois é que o professor, em sua formação, precisa conhecer formas possíveis de trabalhar com a biblioteca.

Apesar de haver consciência de ambas as partes de que esse diálogo é importante e que estejam se esforçando para que ocorra, mantê-lo não é uma tarefa fácil. Campello (2009) relata que existem inúmeras dificuldades no percurso. Entretanto, como mostra Pereira e Campello (2016), têm-se tornado cada vez mais necessário o trabalho conjunto para que os alunos desenvolvam as habilidades de encontrar, avaliar e usar informação para resolver problemas, escolares ou não, e tomar decisões.

Mota (2006) afirma que a existência da aliança entre o bibliotecário e o professor é necessária. Para complementar, Guedes e Farias (2007) sugerem que sejam criados projetos pedagógicos focados nas habilidades em informação e que o bibliotecário se torne um agente educacional juntamente com o professor.

As diretrizes da IFLA/UNESCO (2016) recomendam que, os bibliotecários devem se associar aos professores para formar estudantes letrados em informação, e que esta habilidade seja desenvolvida a partir do aprendizado baseado na investigação, de modo que o aluno torne-se capaz de construir sentido a partir da informação e aprenda a trabalhar de forma autônoma, apropriando-se da informação e do conhecimento com responsabilidade social e ética.

As reflexões de Pereira e Campello (2016) vão nessa mesma direção. As autoras apontam a instrução integrada como a solução indicada para a consolidação dessa ideia, uma vez que:

Na instrução integrada, bibliotecários e professores estão engajados conjuntamente no planejamento e na implementação de atividades de aprendizagem, que incluem tanto os conteúdos curriculares quanto as habilidades informacionais. São parceiros trabalhando em igualdade de condições, com competências complementares, que se juntam para promover experiências significativas de aprendizagem para os estudantes (PEREIRA; CAMPELLO, 2016, p. 6).

Vê-se, então, que são muitos os benefícios que esse diálogo trará para os alunos, para a escola e a sociedade, pois o letramento informacional, compreendido aqui na perspectiva humanista e cidadã, ultrapassa o limite da sala de aula sendo um valor a ser cultivado ao longo da vida. Guedes e Farias (2007), em uma visão prospectiva, ressaltam que uma ação educativa movida pela curiosidade e investigação transformará as escolas em espaços de conhecimento, de pensamento crítico e aprendizado. A intervenção que vai ocorrer devido a essa parceria criará uma melhor condição de ensino, tornando os alunos mais capazes de aprender de forma independente, desenvolvendo seus próprios pontos de vista e pensamentos, conforme afirma Campello (2009).

3 Considerações finais

O presente artigo propôs-se a apresentar o bibliotecário enquanto mediador no processo de aprendizagem por meio do letramento informacional, destacando como este pode usar suas habilidades para auxiliar professores e alunos. Para isso, traçou-se um percurso começando com a definição e objetivos da biblioteca escolar. Passou-se pelo conceito e importância do letramento informacional, mostrando que essa atividade não deve se encerrar na escola, pois seu objetivo é a formação de cidadãos autônomos que saibam encontrar, selecionar, avaliar e interpretar a informação e que sejam capazes de produzir conhecimento e usá-los de forma responsável e ética. Em seguida, analisou-se o diálogo entre professores e bibliotecários e os benefícios advindos dessa parceria, destacando que o fazer biblioteconômico não deve restringir-se ao domínio técnico.

A prática bibliotecária educativa ganha força quando se aproxima do conceito de mediação, especificamente quando o bibliotecário auxilia o aluno a desenvolver sua competência em informação, incentivando-o a continuar o seu aprendizado, capacitando-o para o uso crítico e reflexivo das fontes e permitindo que o aluno se torne um aprendiz capaz de conduzir sua própria aprendizagem, de modo que esta se dê para além da escola, ao longo da vida.

Sobre as relações interprofissionais, espera-se que o diálogo entre professores e bibliotecários se intensifique de modo que a comunidade escolar perceba a relevância do papel

da biblioteca no processo de letramento informacional com vista a uma aprendizagem independente e criativa.

A parceria entre professores e bibliotecários é fundamental, pois o trabalho conjunto mostrará ao aluno que uma formação plena deve ultrapassar os limites do livro didático. É necessário buscar outros dados, outras fontes de informação, abrir-se a novas possibilidades de produzir conhecimento, seja sobre as questões escolares, o mundo e a sociedade que nos cerca.

A Lei nº 12.244 (BRASIL, 2010) menciona em seu Art. 3º a presença do bibliotecário como obrigatória na escola, mas sabe-se que a menção não é suficiente para ele estar nela, uma vez que não há um decreto detalhando estratégias de ação e de punição caso haja o descumprimento da Lei. No que diz respeito aos recursos para a manutenção dos acervos a Lei também é omissa. Importante reiterar que o prazo estipulado para a aplicação da Lei expirou em maio de 2020, porém a realidade dos colégios está longe de ser ideal, com muitos não tendo bibliotecários e nem bibliotecas.

Em tramitação no Congresso Nacional desde 2018, o Projeto de Lei nº 9.484 (BRASIL 2018) pretende estabelecer sanções às instituições escolares, públicas e privadas, que não cumprirem a norma legal, além de determinar a implementação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. No que diz respeito ao prazo para implantação da Lei, esse projeto pede prorrogação para 2024. No entanto, como ainda não foi transformado em Lei, o prazo estabelecido continuou sendo 2020, expirado em maio último.

Nota-se que a formação do bibliotecário escolar ainda recebe pouco respaldo nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil, no que concerne à atuação no ambiente educacional. Contudo, sabemos que essa discussão é fundamental nos quadros dos debates sobre a responsabilidade social da profissão, seja na escola ou fora dela. O saber-fazer do bibliotecário deve transcender o domínio técnico, voltando-se com maior intensidade à sua função como coeducado e intelectual orgânico (GRAMSCI, 1991)³ desse campo disciplinar, lutando para que a instituição biblioteca se consolide por meio da ampliação de políticas públicas.

A contribuição deste artigo é de cunho reflexivo e de sensibilização, visto que mudanças efetivas dependeriam de políticas públicas e de ações por atores com responsabilidade no processo educativo.

³ Quando Gramsci (1991) fala no intelectual orgânico o faz para diferenciá-lo do intelectual tradicional. Na acepção aplicada nesse artigo, trata-se de pessoa que atua na direção do compromisso com sua classe profissional no sentido de superar a tradição tecnicista que ainda prevalece na área trazendo para o campo a discussão política do trabalho bibliotecário.

Referências

ALMEIDA, R. O. Mediação e letramento Informacional: algumas considerações. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/80829> Acesso em: 26 abr. 2019.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e Múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119300> Acesso em: 26 abr. 2019.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. **Report of the presidential committee on information literacy: final report.** [S.l.], 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential> Acesso em: 25 abr. 2019.

BELLUZZO, R. C. B. As competências do profissional da informação nas organizações contemporâneas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 58-73, 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9.484/2018.** Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716> Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm Acesso em: 23 jul. 2019.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000300004&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 25 abr. 2019.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DUDZIAK, E. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/pt-br.php> Acesso em: 20 jul. 2019.

ESTÁCIO, L. S. S.; BEDIN, S. P. M. A competência informacional do bibliotecário escolar no desenvolvimento de ações culturais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 379-394, 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1131> Acesso em: 8 abr. 2019.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a07.pdf> Acesso em: 15 maio 2019.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ - novas práticas em informação e conhecimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315> Acesso em: 13 ago. 2020.

GASQUE, K. C. G. D. Pesquisas na pós-graduação: o uso do pensamento reflexivo no letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 22-37, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a02v40n1.pdf>
https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652011000100002&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 10 ago. 2020.

GASQUE, K. C. G. D.; SILVESTRE, F. M. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 79-105, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68642> Acesso em: 17 abr. 2019.

GRAMSCI, A. A formação dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Os intelectuais na organização a cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 3-23.

GRIZLLE, A.; CALVO, M. C. T. (ed.). **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, 2016.

GUEDES, C. A.; FARIAS, G. B. Information literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal/RN. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 110-133, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/28761> Acesso em: 31 maio 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Comitê Permanente da Seção de Bibliotecas Escolares da IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 2. ed. rev. [s.n.]: Portugal, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf> Acesso em: 15 maio 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 1999. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> Acesso em: 14 maio 2019.

LEMOS, A. A. B. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 101-119.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, M. B. Biblioteconomia progressista: elementos para repensar a formação. **Folha de rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Cariri, v. 4, n. esp., p. 5-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/350/309> Acesso em: 12 ago. 2020.

MOTA, F. R. L. Competência informacional e necessidade de interação entre bibliotecários e professores no contexto escolar. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 16, n. 1, p.

121-127, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/447>
Acesso em: 17 abr. 2019.

OLIVEIRA, D.; ZEN, A. M. Ação cultural em bibliotecas escolares da rede pública de Porto Alegre. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2002, Fortaleza, CE. **Anais [...]**. Fortaleza: [ANCIB], 2002.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova York, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 21 mar. 2020.

PEREIRA, A. K. **Biblioteca na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

PEREIRA, G.; CAMPELLO, B. S. Compreendendo a colaboração entre bibliotecário e professor: a contribuição dos estudos de Patricia Montiel-Overall e do modelo TLC. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 10, n. 2, p. 4-13, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5491> Acesso em: 7 abr. 2019.

PERUCCHI, V. A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma – Santa Catarina. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, 1999.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TRAVASSOS, S. Biblioteca escolar: muito além de estantes arrumadas. *In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (org.). Cursos da Casa da Leitura: biblioteca e mediação da leitura*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. p. 65-74. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/341> Acesso em: 7 abr. 2019.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf> Acesso em: 6 ago. 2020.